



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 552313 - SP (2019/0375454-0)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : JOSE RICARDO SOLER DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : JOSÉ RICARDO SOLER DOS SANTOS - SP394629  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EDSON JOSE ELIAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### EMENTA

*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. SUPOSTO EXCESSO DE PRAZO NA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE PROGRESSÃO E DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. PROGRESSÃO JÁ DEFERIDA. PEDIDO PREJUDICADO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. DEMORA NÃO VERIFICADA. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA A ORDEM, COM RECOMENDAÇÃO.

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de EDSON JOSÉ ELIAS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2225845-55.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente cumpre pena no regime fechado em razão de condenação definitiva pela prática do crime de homicídio qualificado, com pena a cumprir até 31/08/2024.

Sob a alegação de excesso de prazo no julgamento dos pedidos de progressão de regime e de livramento condicional, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 14-17).

Neste *writ*, a Defesa reitera a alegada demora para a análise dos seus pedidos. Argumenta que "o Paciente já preencheu os requisitos legais (atingiu seu lapso para fins de semiaberto em regime fechado desde 15/02/2017 e 03/10/2018 para livramento condicional, possuidor de bom comportamento – docs. anexos)" (fl. 7).

Requer, liminarmente, "seja determinada a apreciação dos pedidos deduzidos pela defesa independente de exame criminológico, e, no mérito, o deferimento do pedido de *habeas corpus*, confirmando-se a liminar, para que seja apreciado os referidos benefícios com urgência" (fl. 13).

O pedido liminar foi indeferido às fls. 39/40.

As informações foram prestadas às fls. 48-64.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* e, caso conhecido, pela denegação da ordem (fls. 66-72).

É o relatório. Decido.

Pelo menos em relação à progressão de regime, o *writ* está prejudicado. É que, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que o Juízo singular, em 21/02/2020, deferiu o pedido de progressão.

Quanto ao suposto excesso de prazo na análise do pedido de livramento condicional, a despeito de inexistir informação atualizada nos autos, não verifico a alegada demora apontada pela Defesa.

Nos termos da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, o constrangimento ilegal por excesso de prazo "*não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto*" (RHC 124.116/GO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 09/03/2020).

Na hipótese, a Defesa pleiteou o deferimento do livramento condicional em 23/10/2019 e o Juízo singular, logo em seguida, determinou a realização do exame criminológico, tendo em vista, dentre outros motivos, "*a falta grave praticada pelo sentenciado durante o cumprimento da pena privativa de liberdade*" (fl. 50).

Como se sabe, o livramento condicional será concedido ao condenado que preencher, cumulativamente, os requisitos objetivo e subjetivo, consoante o disposto no art. 83 do Código Penal, não bastando o implemento do lapso temporal pelo apenado.

Assim, em razão da falta grave apontada, não verifico ilegalidade na decisão que determinou a realização do exame criminológico. Por consequência, a realização da avaliação justifica um prazo mais longo até a decisão do Juízo singular acerca do pleito defensivo.

Observe, também, que o Juízo das Execuções Criminais fixou o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação do laudo e determinou que fossem solicitadas providências à Corregedoria da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, em caso de descumprimento do prazo acima fixado (fl. 50), o que demonstra atuação zelosa e diligente do Juízo de primeiro grau, não sendo possível vislumbrar constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Confira-se:

**"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. INCABÍVEL. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE DO FEITO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

[...]

**2. É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando**

***seja a demora injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.***

[...]

4. *Agravo regimental no recurso em habeas corpus improvido.*" (AgRg no RHC 118.556/MT, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/03/2020, DJe 09/03/2020; sem grifos no original.)

***"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. EXCESSO DE PRAZO NA Apreciação DE PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME. INOCORRÊNCIA. DETERMINADA REALIZAÇÃO DE EXAME PERICIAL. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO MAGISTRADO. MORA QUE AINDA NÃO EXTRAPOLOU OS LIMITES DA RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE NO EXAME DO PEDIDO.***

[...]

2. *Constitui entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação. Ademais, a lei não estabelece prazo peremptório para o exame do pleito de progressão de regime.*

*In casu, extrai-se dos autos que o pedido foi formulado em 6/11/2015 - há cerca de um ano, portanto. Ao que se extrai das informações prestadas pelo Juízo das Execuções Criminais, a demora na apreciação do pleito decorre da necessidade de prévia realização de perícia reputada 'indispensável, [...] com o objetivo de aferir eventual risco da liberdade do requerente' (fl. 58). Ademais, as informações prestadas dão conta de que os autos foram incluídos em força tarefa, determinando-se a realização do aludido exame pericial em prazo de sessenta dias.*

*Assim, em que pese o prazo de apreciação do benefício tenha extrapolado o desejável, bem como já superado o limite temporal determinado pelo Magistrado para realização da perícia parece iminente a prestação jurisdicional requerida. Desse modo, afigura-se prudente que esta Corte Superior emita, por ora, tão só recomendação de celeridade ao Juízo das Execuções Criminais, a fim de que examine o pedido de progressão de regime com a maior brevidade possível.*

*Habeas corpus não conhecido. Expedição de recomendação ao Juízo da Quinta Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Paulo-SP para conferir a maior celeridade possível ao exame do pedido de progressão de regime do paciente." (HC 354.557/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 21/11/2016; sem grifos no original.)*

Ante o exposto, CONHEÇO EM PARTE do habeas corpus e, nessa parte, DENEGO A ORDEM, com recomendação de urgência na análise do pleito defensivo de concessão do livramento condicional.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora